

# **1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE**

**DISCURSO DE ABERTURA**

**19.11.2020**

**Felipe Santa Cruz**  
**Presidente Nacional da OAB**

**2020**

## Senhoras e senhores.

É com imensa honra que participo da abertura deste evento histórico para a Ordem dos Advogados do Brasil, em que celebramos a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade, ocasião que, nesse conturbado período de nossa história, o tema da Igualdade ganha centralidade em nossa Entidade e, de modo geral, em nosso País.

Antes de prosseguir, gostaria de dirigir os meus agradecimentos à Presidente da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade, nossa ilustre Dra. Sílvia Cerqueira, cujo protagonismo encarna as palavras de Angela Davis, um ícone da luta antirracista, ao afirmar: *“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.”* Estou certo que, hoje, a nossa Entidade se movimenta intensamente na luta pela igualdade. Por isso, em seu nome, Dra. Sílvia, estendo meus cumprimentos a todas e todos aqui presentes, em especial aos que se dedicaram para viabilizar esse valoroso encontro.

A discussão sobre os direitos das mulheres é um termômetro crucial para compreender a condição de uma Democracia. Por outro lado, a questão de gênero não deve ser analisada isoladamente: ela se soma, necessariamente, à dimensão racial, que organiza e diferencia a experiência de opressão entre as mulheres. Trata-se de uma perspectiva interseccional dentro do campo dos direitos humanos por meio da qual a luta antipatriarcal não está dissociada da luta antirracista.

Antes de prosseguir, devo confessar que, para elaborar este discurso, além de reconhecer a minha posição de grande privilégio,

busquei seguir uma rota diferente para aprofundar a discussão sobre a igualdade racial, a igualdade de gênero, entre outros temas.

Inquieta-me, por exemplo, que, sempre quando abordamos o problema do racismo, ocultamos a identidade racial branca. Em nossa sociedade, o termo raça e racialização são denominações utilizadas para se referir somente à população não branca, isto é, de negros e de indígenas. Ora, e quem são os brancos? Qual linguagem a branquitude instaura e se apresenta em nosso cotidiano?

A pesquisadora Lia Schucman define branquitude como o lugar histórico em que os sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos. Por isso, compreender o poder da branquitude nos permite ir ao centro da formação da desigualdade racial.

O olhar sobre o racismo não deve ser dirigido apenas para quem é a vítima deste processo - pessoas negras e indígenas -, mas também sobre quem o produz e sobre qual estrutura de poder ele funciona e produz seus efeitos.

Se, por um lado, quando denunciemos a ausência de negros e de indígenas nos espaços institucionais de poder, estamos falando não apenas de uma ausência, mas, também, sobre a presença de quem está nesse lugar, que são, em sua esmagadora maioria, ocupadas por pessoas brancas.

Há quem negue o racismo em nosso País. Há, ainda, quem defenda o mito da democracia racial. No Brasil, o racismo funciona por meio de uma leitura racial que identifica a cor do corpo da pessoa não-branca e, a partir disso, a classifica como um ser inferior e

posiciona sua vida como desimportante, descartável e até mesmo *matável*.

Os dados não nos permitem errar. Vou citar alguns deles:

1. Os negros são a minoria (29,9%) em cargos gerenciais e ocupam 45,3% dos postos com menor remuneração<sup>1</sup>.
2. Negros e pardos representam 75,5% das pessoas assassinadas a cada ano no país<sup>2</sup>.
3. Os povos indígenas representam 30% da população em situação de extrema pobreza<sup>3</sup>, entre tantos outros exemplos.
4. Na advocacia, negros são menos de 1% entre advogados de grandes escritórios.<sup>4</sup>
5. No Poder Judiciário, apenas 16% dos magistrados brasileiros são negros.
6. Nos crimes de feminicídio, enquanto a taxa de assassinatos de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos, a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e, entre mulheres negras, de 60,5%

Esses dados, senhoras e senhores, nos fazem questionar se a própria Democracia é vivida por esses grupos. É possível falarmos em Democracia quando o Estado brasileiro foi denunciado internacionalmente pelo processo de genocídio da juventude negra brasileira?

---

<sup>1</sup> Informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (IBGE). Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)>. Acesso em: 17 de jun. 2020.

<sup>2</sup> Atlas da violência 2019. Orgs.: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

<sup>3</sup> OIT. Organização Internacional do Trabalho. **La COVID-19 y el mundo del trabajo: Un enfoque en los pueblos indígenas y tribales**. Disponível em: <[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms\\_746902.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_746902.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2020.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negros-sao-menos-de-1-entre-advogados-de-grandes-escritorios-diz-pesquisa/>

A escritora Maíra Brito publicou o livro **“Não. Ele não está”**, em que abordou o sofrimento das mães cujos filhos negros foram assassinados na cidade do Rio de Janeiro. O título da obra faz referência à resposta dessas mães sobre a perda de seus filhos: não, eles não estão mais presentes em seus lares, mas seguem vivos em suas lutas cotidianas.

Esta luta está presente em nossa Instituição. Ela está em pleno fluxo. Ela está aqui hoje. E, sim, temos consciência do quanto ainda nos falta para avançar. Em nossa Gestão, não pouparemos esforços para conquistar a igualdade de gênero, de raça e de classe.

Em março deste ano, realizamos a III Conferência Nacional da Mulher Advogada, espaço gigantesco e potente que reuniu grandes nomes da Advocacia brasileira e trouxe encaminhamentos necessários em benefício das mulheres advogadas. Destaco a importante Carta das Juristas Negras, sobre a qual temos nos empenhado para dar prosseguimento ao conjunto de propostas feitas à Ordem.

Em julho, realizamos um evento histórico sobre os “Desafios das Advogadas Negras no Exercício da Profissão”, do qual será lançado aqui, neste evento, um livro marcante sobre o mesmo tema. Sinto-me emocionado por saber que as narrativas das advogadas negras vão registradas em um livro, organizado com maestria pela *Comissão Nacional da Mulher Advogada e pela Comissão Nacional de Promoção da Igualdade*. Essa obra servirá como inspiração para as próximas gerações de advogadas. Servirá, também, como instrumento para a Ordem dos Advogados do Brasil seguir renovando suas estruturas e suas linguagens em direção a uma Advocacia cada vez mais plural e mais democrática.

Trata-se de uma importante obra que se aproxima do que a ilustre escritora Conceição Evaristo define como *escrevivência*: isto é,

a escrita sobre a vivência das pessoas negras. A autora mineira defende a função, a dor, a necessidade e a potência da escrita. Ela afirma que é “[...] *o direito da escrita e da leitura que o povo pede, que o povo demanda. É um direito de qualquer um, escrevendo ou não segundo as normas cultas da língua. É um direito que as pessoas também querem exercer.*” Essa obra a ser lançada aqui é o registro de uma trajetória iniciada há séculos por nomes como Esperança Garcia, mulher escravizada e que foi reconhecida como a primeira advogada do estado do Piauí. Amanhã, será o Dia da Consciência Negra e, certamente, temos aqui o registro de um histórico da luta de Zumbi, de Dandara! De Esperança Garcia, que ressoa nesse espaço!

Para finalizar, caras colegas, reitero que, sim, ainda temos muito a avançar. Temos muito a construir. Há muitas lutas para tocarmos em frente. Nesse sentido, estejam certos e certas de que a luta antirracista, antipatriarcal e contra a LGBTfobia está, permanentemente, no horizonte de atuação da OAB Nacional e espalhada em cada Seccional deste País.

Não temos todas as respostas e todas as soluções para estes desafios. Porém, afirmo seguramente que, em nossa Gestão, seguiremos incansáveis em defesa da plenitude da Democracia para todos e todas: mulheres, negros, negras, indígenas, LGBTQI+, entre outros grupos sociais que têm seus direitos e dignidade violados. Se o nosso presente é de luta, estou certo de que o futuro nos pertence. Como nos dizia Rosa Luxemburgo, seguiremos firmes em busca de um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.

Muito obrigado!  
**Felipe Santa Cruz**  
Presidente Nacional da OAB

Brasília, 19 de

novembro de 2020.